



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	2.715.142,20	2.489.579,78	Passivo Circulante	6.048.964,27	5.782.076,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	F 2.687.078,75	2.347.340,00	Obrigações Trabalhistas a Pagar	85.644,00	1.430.066,46
Créditos a Curto Prazo	P 28.063,45	112.854,20	Empréstimos e Financiamentos		188.885,89
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores Contas a Pagar	3.530.161,99	183,00
Clientes			Obrigações Fiscais		54,88
Créditos de Transferências a	P 28.063,45	44.531,90	Obrigações de Repartições a Outros		40.248,85
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Curto Prazo		
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	F 2.433.158,28	4.000.86,56
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajuste de Perdas de Créditos					
Demais Créditos a Curto Prazo		29.385,58			
Investimentos e Aplicações					
Estoques					
VPD Pagas Antecipadas					
Ativo Não Circulante	19.326.586,58	19.215.131,36	Passivo Não Circulante	55.942.060,64	47.100.825,09
Realizável a Longo Prazo	5.369.854,42	5.425.001,40	Obrigações Trabalhistas a Pagar	6.855.155,74	7.431.9,20
Créditos a Longo Prazo	P 5.369.854,42	5.425.001,40	Empréstimos e Financiamentos		403,69
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar	1.734.122,74	202,16
Clientes			Obrigações Fiscais		2.187.163,45
Empréstimos e Financiamentos			Provisões a Longo Prazo	P 45.165.618,71	36.819,20
Dívida Ativa Tributária	P 234.418,04	210.908,89	Demais Obrigações a Longo Prazo	F 2.187.163,45	2.437,53
Dívida Ativa Não Tributária	P 708.747,03	708.747,03	Resultado Diferido		
Créditos Previdenciários RPPS	P 4.426.689,35	4.505.345,48	PASSIVO	61.991.024,91	52.801,88
(-) Ajuste de Perdas de Créditos			Patrimônio Líquido		
Demais Créditos e Valores			Patrimônio Social e Capital Social		
Investimentos Temporários			Adiantamento Para Aumento de		
Estoques			Reservas de Capital		
VPD Pagas Antecipadas			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos			Reservas de Lucros		
Participações Permanentes			Demais Reservas		
Propriedades para Investimentos			Resultados Acumulados	39.949.296,13	31.175.042,36
Investimentos do RPPS			Superávits ou Déficits Acumulados	39.949.296,13	31.175.042,36
Demais Investimentos Permanentes			Superávits Déficits Exercício	8.773.353,77	32.940.18,78
Imobilizado	P 13.956.732,16	13.790.129,96	Superávits Déficits Exerc. Anterior	31.175.942,36	313.026,57
Bens Moveis	P 7.370.772,50	7.441.294,97	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Imóveis	P 6.585.959,66	6.348.834,99	Superávits Déficits de Extinção		
(-) Depreciação e Amortização			Lucros e Prejuízos Acumulados		
Intangível			(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.949.296,13	31.175.042,36
Marcas, Direitos e Patentes					
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
ATIVO	22.041.728,78	21.704.711,14	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.041.728,78	21.704.711,14

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO Financeiro/Permanente	22.041.728,78	10.942.374,93	PASSIVO Financeiro/Permanente	48.067.399,41	41.943.075,88
Ativo Financeiro	2.687.078,75	1.346.919,36	Passivo Financeiro	4.619.368,92	2.283.669,99
			Crédito Empenhado a Liquidar	293.142,52	
			Empenhos a Liquidar Inscritos RAP	2.010.730,74	
			RAP Não Processado a Liquidar		
Ativo Permanente	19.354.650,03	9.552.172,69	Passivo Permanente	45.165.618,71	39.588.903,26
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
Atos Potenciais Ativos			Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potencias Passivos	19.200,00	0,00
Total Atos Potencias Ativos			Total Atos Potencias Passivos	19.200,00	0,00
Superávit / Déficit Financeiro					
001-Recursos Ordinários	29.876.795,06	7.265.075,94			
1xx-Recursos Educação	1.577.738,00				
2xx-Recursos Saúde	6.784.100,62				
3xx-Recursos Assistência Social	590.558,28				
4xx-Recursos Vinculados ao RPPS	236.436,80				
5xx-Outras Transferências Convênios					
6xx-Recursos de Contribuições					
910-Recursos próprios					
920-Recursos Operações Crédito					
930-Recursos Alienação Bens/Ativos					
940-Outras vinculações					
950-Outras vinculações taxas e					
990-Outros Recursos Vinculados					
090-Outros Recursos Não Vinculados					
Total	20.687.961,36	7.265.075,94			

Documento assinado digitalmente por: AMANDA DE SOUZA ALVES COSTA, VALDI PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
 Acesse em: http://ce.te.pe.gov.br/epp/validadoc.segnum?codigo_documento=dadbdc7-2ad2-4db1-83ad-1822bb3e1d1a

JOSÉ VALMIR PIMENTEL DE GOIS

LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE

ASSINATURA DO ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA DO TESOUREIRO

ASSINATURA DO CONTADOR



Documento Assinado Digitalmente por: MANDAMANDA DELLUCEN, CARLOS COSTA, VALDIR MENDEL DE SOUZA JUNIOR, JOAO DE LIMA S. ALCANANE, JOSE VALMIR MENDEL DE SOUZA
Acesse em: https://cefic.org.br/portal/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=2021-4001-83ad-1822fb3e6da8

NOTA EXPLICATIVA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/STN/06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidência submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

DIRETRIZES CONTÁBEIS

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional, sobretudo aderindo as constantes mudanças publicadas anualmente, para atender as reiteradas modificações propostas e exigidas em cada nova Edição do MCASP.

Assim sendo, esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE e foram elaborados em consonância com a Lei 4.320/64 e a última edição do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo às exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Órgão estão passando por grandes transformações com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dessa forma, e com base nas orientações do MCASP, as seguintes alterações nas Políticas Contábeis foram adotadas na geração das Demonstrações Contábeis no exercício:

- Apropriação das Variações Patrimoniais Diminutivas após a liquidação da despesa, ou seja, as despesas não liquidadas não mais compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Restos a Pagar Não Processados do exercício atual foram excluídos do quadro principal do Balanço Patrimonial.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Com o novo PCASP, houve grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, este reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente e o controle de estoque.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correta demonstração da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas e o de Competência para as Despesas. Com relação à avaliação do Ativo, a Prefeitura Municipal aplicou aos bens sob o seu poder e guarda, as diretrizes traçadas para que em 2019, mesmos já fossem reajustados a valor justo, e posteriormente, aplicado o processo de depreciação dos mesmos. As Disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades. São mensurados pelo valor de aquisição e método utilizado para mensuração e avaliação das saídas do estoque é o custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, e em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito o valor é obtido com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou na falta deste, em avaliação de valor justo de mercado.

BALANÇO PATRIMONIAL

a) Critérios contábeis adotados para o Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 da Lei 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Pode-se usar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.



b) Análise do Balanço Patrimonial

Balanco Patrimonial	Exercício Anterior		Exercício Atual		
	2021	AV	2020	AV	AH
ATIVO					
Ativo Circulante	2.715.142,20	18,07%	2.489.579,78	17,42%	-0,79%
Ativo não Circulante	19.326.586,58	81,93%	19.215.131,36	82,58%	1,42%
Total	22.041.728,78	100,00%	21.704.711,14	100,00%	0,63%
PASSIVO					
Passivo Circulante	6.048.964,27	9,60%	5.752.376,79	9,61%	149,90%
Passivo não Circulante	55.942.060,64	90,40%	47.110.825,09	90,39%	-17,94%
Total	61.991.024,91	100,00%	52.863.201,88	100,00%	150,50%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Resultados Acumulados	-39.949.296,13	100,00%	-31.175.942,36	100,00%	-9,2%
Total	-39.949.296,13	100,00%	-31.175.942,36	100,00%	-9,2%

1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultados. Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.01.00.00	Caixa	0,00
1.1.1.1.1.19.00.00	Banco conta movimento e vinculada	2.687.078,75
1.1.1.1.1.50.00.00	Aplicação financeira	0,00
1.1.1.1.1.60.00.00	Créditos a Curto e a Longo Prazo	28.063,45
TOTAL GERAL		2.715.142,20

O montante bancário no final do exercício corresponde ao saldo de R\$ 2.715.142,20, saldo devidamente conciliado. Os valores divergentes correspondem a saldos não encontrados no início da Gestão.

2 – Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de créditos prefixados são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A Prefeitura Municipal de Paranatama possui créditos no montante de R\$ 943.165,07, oriundos de Inscrição da Dívida Ativa.

Outros créditos registrados no ativo não circulante de natureza financeira são os oriundos de saldo de parcelamento do município junto ao IPSEPAR, Instituto de Previdência Próprio dos Servidores de Paranatama (RPPS), somandos os três termos de parcelamentos ao final do exercício de 2021 registrou-se o montante de R\$ 4.426.689,35.

3 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Prefeitura Municipal possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação. A Prefeitura Municipal não obteve ativos imobilizados obtidos a título gratuito.

Ativos obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

a) Formação de comissão do patrimônio

O decreto para criação da comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial da Prefeitura Municipal de Paranatama foi formalizado no exercício de 2017. Em 2018, 2019 e 2020, iniciou o levantamento dos bens em comparação com os registros efetuados no final de 2021.

b) Reconhecimento e mensuração de ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem



e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente à prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado pela Prefeitura Municipal de Paranatama.

No tocante a mensuração, consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico.

Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao ativo, a Prefeitura Municipal de Paranatama, adotará, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição.

c) Depreciação

Foi adotado o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Neste exercício adotou medidas de mensuração para reconhecimento das depreciações vinculadas ao Balanço Patrimonial. O valor acumulado de depreciação advindo do Setor Patrimonial corresponde ao montante registrado nas variações patrimoniais.

d) Redução do valor recuperável (impairment)

A entidade adotará as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e além do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

e) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Prefeitura Municipal de Paranatama, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2021:

BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.01.00.00	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.254.319,64
1.2.3.1.1.02.00.00	Bens de Informática	164.343,00
1.2.3.1.1.03.00.00	Móveis e Utensílios	1.725.615,48
1.2.3.1.1.04.00.00	Materiais Culturais, educacionais e de comunicação	115.783,04
1.2.3.1.1.05.00.00	Veículos	1.546.646,15
1.2.3.1.1.06.00.00	Peças e Conjuntos de Reposição	0,00
1.2.3.1.1.99.00.00	Demais bens móveis	1.616.539,20
TOTAL GERAL		7.370.772,50

BENS IMÓVEIS

1.2.3.2.1.99.00.00	Demais bens Imóveis (Edificações)	6.585.959,66
TOTAL GERAL		13.361.524,69

F) Intangível

Os ativos intangíveis são incorpóreos representados por direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. A Prefeitura Municipal de Paranatama não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

4 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A entidade possui obrigações a pagar de exercícios anteriores, no montante total de R\$ 6.855.155,74.

5 - Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo



PREFEITURA DE
PARATAMA
PERNAMBUCO

Governo

PREFEITURA MUNICIPAL

Estado de Pernambuco

CNPJ. 10.144.426/0001-72



Resolução TC nº. 147/2021

Compreende a retenções de Empréstimos Consignados em Folha de Pagamentos dos Funcionários, referentes a saldos de exercícios anteriores a esta prestação de contas no valor acumulado de R\$ 0,00.

6 - Demais obrigações de curto prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, incluindo precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. No exercício de 2020, o valor corresponde a demias de depósitos, seja, refere-se ao saldo das Contas Extraorçamentárias, isto é, valores que foram descontados/consignados em folhas, faturas de serviços não recolhidos no exercício ou exercício anterior. Tais valores podem ser encontrados na Demonstração da Dívida Flutuante do Órgão e o montante corresponde a R\$ **3.921.286,19** valores estes de exercícios anteriores somados aos do exercício em epígrafe do Poder Executivo e Legislativo, incluindo-se também os valores do Fundo de Previdência Municipal (IPSEPAR).

Documento Assinado Digitalmente por AMANDA DE LUCENA ALVES COSTA, VALDI PIMENTEL DE GOIS, LUIZ PAULO DE LIMA CAVALCANTE, JOSE VALMIR PIMENTEL DE GOIS
Acesse em: https://stc.e-pm.paratama.pe.gov.br/validaDoc.seam?codigo_documento=dadbdc7-2ad2-4db1-83ad-f822bb3e6fba